



Ofensas do ex-deputado e dirigente do PTB à ministra Cármen Lúcia, do STF e do TSE, geram uma onda de indignação. Ataque veio no momento em que Bolsonaro tenta diminuir a rejeição entre o eleitorado feminino

Repúdio à baixaria de Roberto Jefferson

LUANA PATRIOLINO

As ofensas do ex-deputado Roberto Jefferson à ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), provocaram uma onda de indignação, em vários setores da sociedade, devido à baixaria do ataque. Irritado com a decisão da magistrada de acompanhar os votos do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, e dos ministros Ricardo Lewandowski e Benedito Gonçalves pela punição à TV Jovem Pan — denunciada por fazer uma cobertura parcial a favor do presidente Jair Bolsonaro (PL) —, o cacique do PTB comparou-a a uma “prostituta” e disparou outras agressões verbais desqualificantes.

Alexandre de Moraes emitiu nota salientando a “covarde e abjeta agressão desferida contra a ministra”. “O Tribunal Superior Eleitoral (...) tomará todas as providências institucionais necessárias para o combate à intolerância, à violência, ao ódio, à discriminação e à misoginia que são atentatórios à dignidade de todas as mulheres e inimigos da democracia, que tem, historicamente, em nossa ministra uma de suas maiores e intrínsecas defensoras”, destacou.

O TSE repudia a covarde e abjeta agressão e tomará providências para o combate à intolerância, à violência, ao ódio, à discriminação e à misoginia”

Trecho da nota assinada pelo ministro Alexandre de Moraes

A Procuradoria-Geral da República (PGR) deve entrar, amanhã, com um pedido de revogação da prisão domiciliar de Jefferson por causa das ofensas à ministra. O petebista há tempos tenta tumultuar o processo eleitoral e teve a candidatura presidencial negada — foi substituído por Padre Kelmon, até então o vice na chapa.

Já o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti, encaminhou um ofício ao presidente da seccional do Rio de Janeiro para que sejam tomadas providências contra Jefferson, que tem inscrição ativa na na OAB-RJ. O pedido é para instauração de um processo ético contra o ex-deputado. “O advogado, ao fazer referência à um voto da ministra no âmbito no TSE, atacou gravemente, fato que revela violação a deveres consignados no Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como no seu Código de Ética e Disciplina”, observou.

Também por meio de nota, a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) se solidarizou com a ministra. A entidade disse que os ataques de Jefferson são injustificáveis, inaceitáveis e sexistas.

Alcandro Zambrana/Secom/TSE



TSE, PGR e OAB anunciaram que tomarão medidas contra Jefferson devido à gravidade do ataque à ministra

“A manifestação é duplamente grave, porque atenta contra o exercício da magistratura e também porque se apoia em estereótipos de cunho sexista, que, historicamente, sedimentam violações de direitos das mulheres, o que exige uma forte reação para que não se naturalizem comportamentos repugnantes como estes”, observa o documento.

A Ajufe destaca, ainda, que “o Estado Democrático de Direito se caracteriza pela pluralidade de valores, sendo imprescindível que todos os cidadãos, em especial figuras públicas, dediquem igual dignidade e respeito a todas as pessoas.

Por isso, a reação da magistratura deve ser firme e inequívoca, de forma que essas atitudes não sejam banalizadas ante tantas ofensas que vêm sendo proferidas durante este momento da história brasileira”.

Desserviço

Fontes ligadas à campanha de Bolsonaro consideram que Jefferson prestou um “desserviço” ao presidente. Isso porque as ofensas foram disparadas no momento em que a primeira-dama Michelle Bolsonaro, a senadora eleita Damare Alves (República-DF) e a vice-governadora

eleita do DF, Celina Leão, percorrem o país para encontros com plateias femininas a fim de diminuir a resistência que o presidente tem junto a esse eleitorado.

Preveem, também, a exploração do episódio — Jefferson é aliado de primeira hora de Bolsonaro e chegou a oferecer a ele a legenda do PTB para que concorresse à reeleição — pela campanha do rival Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas próximas inscrições da propaganda eleitoral. Além disso, deu ao petista mais um argumento para usar no debate da Rede Globo, na próxima sexta-feira, a 48 horas do segundo turno de votação.

Advogadas indignadas

Aproximadamente 450 advogadas de todo Brasil divulgaram um manifesto, ontem, em solidariedade à ministra Cármen Lúcia pelas ofensas feitas pelo ex-deputado Roberto Jefferson. Para as juristas, o cacique do PTB é misógino, machista e indigno de exercer a advocacia.

“O conteúdo agressivo, machista, misógino e discriminatório expresso no vídeo divulgado recentemente pelo ex-parlamentar Roberto Jefferson é uma excessância, afronta a todas as mulheres, a sociedade e as instituições republicanas”, diz um trecho do manifesto. Além disso, pedem a punição de Jefferson. “As seguintes advogadas e instituições informam que farão a competente representação ético-disciplinar contra o sr. Roberto Jefferson por sua atitude inidônea”.

A advogada Daniela Teixeira, uma das responsáveis pelo manifesto, destacou a gravidade da situação. “É uma fala absurda. Ele é um advogado e não pode se referir a uma juíza da forma como se referiu, comentando uma decisão judicial. Isso não é liberdade de expressão”, disse, indignada.

Assim como as advogadas, a bancada feminina do Senado e a procuradora especial da Mulher na Casa, Leila Barros (PDT-DF), repudiaram veementemente o ataque do ex-deputado. Em nota, manifestam “repúdio ao Sr. Roberto Jefferson por sua fala asquerosa, imoral, injurante e difamatória sobre a excelentíssima senhora ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal”. (LP)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 2